

AGRICULTURAS DE BASE FAMILIAR: uma análise das realidades do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil a partir do Censo Agropecuário 2017

FAMILY-BASED AGRICULTURES: an analysis of the realities in Rio Grande do Sul State and Brazil from the 2017 Agricultural Census

Autor: Alexandre da Silva[1]
Filiação: Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul / Doutorando do PPG em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
E-mail: alexandre.silva@bento.ifrs.edu.br

Grupo de Trabalho (GT): <<nº 05 Agricultura familiar e ruralidades>>

Resumo
O objetivo deste trabalho é analisar alguns indicadores que permitam reflexões acerca da agricultura familiar do estado do Rio Grande do Sul frente a realidade brasileira; demonstrando aproximações e diferenças internas. Esta pesquisa de cunho bibliográfico e com uso da estatística descritiva, se operacionaliza a partir dos dados contidos no Sistema de Recuperação Automática de Dados (SIDRA/IBGE) do Censo Agropecuário 2017. A análise dos resultados a partir de indicadores elencados demonstram que existe uma tendência tanto em nível nacional quanto estadual de uma agricultura familiar baseada em uma estrutura fundiária e com destinos das produções semelhantes, no entanto os extratos mais pobres não se assemelham ao constatado. Por fim, os dados explicitam que a agricultura familiar do estado do Rio Grande do Sul se mostra mais intensificada quanto ao uso de insumos químicos e financeiros externos – trazendo uma perspectiva mais mercantilizada para o grupo social analisado -, enquanto a realidade brasileira ainda tem fortes traços de resistência camponesa no grupo social da agricultura familiar.
Palavras-chave: Agricultura familiar; Campesinato; Mercantilização; Censo Agropecuário 2017.

Abstract
The objective of this work is to analyze some indicators that allow reflections about family farming in the Rio Grande do Sul state in the face of the Brazilian reality; demonstrating approximations and internal differences. This bibliographic research, using descriptive statistics, is operationalized from the data contained in the Automatic Data Recovery System (SIDRA/IBGE) of the 2017 Agricultural Census. The analysis of the results from the listed indicators demonstrates that there is a tendency both at the national and state level of a family agriculture based on a land structure and with similar production destinations, however the poorest strata are not similar to what was observed. Finally, the data show that family farming in the state of Rio Grande do Sul is more intensified in terms of the use of chemical and external financial inputs - bringing a more commodification perspective to the social group analyzed -, while the Brazilian reality still has strong traits of peasant resistance in the family farming social group.
***Key words**: Family farming; Peasantry; Commodification; 2017 Agricultural Census.*

1. Introdução

A formalização do reconhecimento institucional da Agricultura Familiar ocorrido em meados dos anos 1990 no Brasil constrói um ideário no qual esse grupo social é hegemônico e, da mesma forma, passivo de análises e reflexões que, de certa forma, dão uma superficialidade aos vieses acerca de tal grupo. No entanto, reflexões que possam se debruçar em analisar de maneira mais a miúde toda a complexidade e os contextos inerentes a Agricultura Familiar ainda formam uma arena fértil e importante dos estudos rurais.

[1] O autor agradece ao fomento do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul para o aproveitamento de licença qualificação em nível de doutoramento.

A Agricultura Familiar, enquanto categoria analítica, pode ser interpretada a partir de diferentes enfoques. Esses enfoques podem ser tanto em nível de categoria de designação jurídica, em termos de mobilização e categorização política, bem como nos debates acadêmicos. Neves (2013) elucida que, como categoria de diferenciação política, esse grupo é distinto da agricultura patronal e da camponesa; como designação jurídica segue os limites de afiliação dos produtores a serem alcançados pelas categorizações oficiais de usuários reais ou potenciais de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e; em termos acadêmicos, representa uma distinta forma de organização da produção que pode ser estudada em termos sociais, culturais, técnicos, econômicos e ambientais.

Quanto à definição legal, no Brasil, a Agricultura Familiar é alvo das políticas públicas que levam em conta a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), os empreendimentos familiares rurais, as formas associativas de organização da agricultura familiar e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). A UFPA e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos: a) possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; b) utilizar, predominantemente, mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento ou do empreendimento; c) auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e d) ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (BRASIL, 2021)[2].

No entanto, de suma importância a este trabalho, é a representação da agricultura familiar em termos socioeconômicos, bem como as discussões acadêmicas que visam demonstrar a Agricultura Familiar enquanto foco de análise e sua heterogeneidade que não pode ser regida por um marco legal. Nesse sentido, é inegável que a Agricultura Familiar tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico e do bem-estar em diversas regiões ao redor do mundo.

[2] Outros elementos importantes contidos em Brasil (2021) demonstram que UFPA é conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele; família é unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros que contribuam para o rendimento ou que tenham suas despesas atendidas pela UFPA; estabelecimento é unidade territorial, contígua ou não, à disposição da UFPA, sob as formas de domínio ou posse admitidas em lei; módulo fiscal - unidade de medida agrária para classificação fundiária do imóvel, expressa em hectares, a qual poderá variar conforme o Município, calculada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra; imóvel agrário é a área contínua, qualquer que seja a sua localização, destinada à atividade agrária; e o empreendimento familiar rural é o empreendimento vinculado à UFPA, instituído por pessoa jurídica e constituído com a finalidade de produção, beneficiamento, processamento ou comercialização de produtos agropecuários, ou ainda para prestação de serviços de turismo rural, desde que formado exclusivamente por um ou mais agricultores familiares com inscrição ativa no CAF; e I - formas associativas de organização da agricultura familiar - pessoas jurídicas formadas sob os seguintes arranjos: a) cooperativa singular da agricultura familiar - aquela que comprove que o quadro de cooperados é constituído por, no mínimo, cinquenta por cento de agricultores familiares com inscrição ativa no CAF; b) cooperativa central da agricultura familiar - aquela que comprove que a soma dos agricultores familiares com inscrição ativa no CAF constitua mais de cinquenta por cento do quantitativo de cooperados pessoas físicas de cooperativas singulares; e c) associação da agricultura familiar - aquela que comprove a totalidade das pessoas jurídicas associadas com inscrição ativa no CAF e, no caso de pessoas físicas associadas, que comprove que o quadro é constituído por mais da metade de agricultores familiares com inscrição ativa no CAF. O CAF substituirá a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf para fins de acesso às ações e às políticas públicas destinadas à UFPA, aos empreendimentos familiares rurais e às formas associativas de organização da agricultura familiar. Serão cadastrados no CAF: I - os beneficiários que se enquadrarem nos requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; II - os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA; III - os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF; e IV - as demais UFPA, os empreendedores familiares rurais e as demais formas associativas de organização da agricultura familiar que explorem imóvel agrário em área urbana.

Tal importância começa a se evidenciar quando, em nível global, a Agricultura Familiar conta com aproximadamente 570 milhões de unidades de produção e operando cerca de 75% das terras agrícolas. Apresenta-se como o modo de produção predominante na Região da Ásia e do Pacífico – concentrando aproximadamente 60% da Agricultura Familiar mundial -; é responsável por 97% das explorações agrícolas na Europa e Ásia Central; na África Subsaariana a agricultura familiar é apontada como detentora do papel estratégico na transformação agrária e no desenvolvimento da Região; no Oriente Médio e Norte da África representa a resistência em termos de luta contra desnutrição, pobreza e desigualdade; e, na América Latina e Caribe, é amplamente representativa tanto em termos de ocupação de área, como em geração de empregos e renda no meio rural, mas também responde por uma parcela significativa do abastecimento alimentar, especialmente em nível local e regional (FAO, 2014; SABOURIN, SAMPER e SOTOMAYOR, 2015; LOWDER, SKOET e RANEY, 2016; SCHNEIDER, 2016a).

No Brasil, a Agricultura Familiar demonstra sua importância através da evidência de diversos fatores, conforme se pode visualizar no Quadro 1. Também inserida em tal contexto, está a importância da Agricultura Familiar em termos de Região Sul e no estado do Rio Grande do Sul, especificamente.

Quadro 1 – Síntese de indicadores da Agricultura Familiar no Brasil, Região Sul e Rio Grande do Sul.

Valores aproximados de indicadores relativos à Agricultura Familiar				
Unidades geográficas	**Nº de estabelecimentos agropecuários**	**Área ocupada**	**Pessoal empregado**	**Valor total da produção**
Brasil	3,9 milhões ou 77% do total nacional.	81 milhões de hectares ou 23% da área dos estabelecimentos nacionais.	10,1 milhões de pessoas ou 67% do total ocupado em atividades agropecuárias em nível nacional.	R$ 107 bilhões ou 23% do valor total nacional.
Região Sul	666 mil ou 78% do total da Região.	11,5 milhões de hectares ou 27% da área dos estabelecimentos da Região.	1,6 milhões de pessoas ou 69% do total ocupado em atividades agropecuárias em nível regional.	R$ 44 bilhões ou 23% do total regional.
Rio Grande do Sul	294 mil ou 80% do total do estado.	5,5 milhões de hectares ou 25% da área dos estabelecimentos do estado.	717 mil pessoas ou 72% do total ocupado em atividades agropecuárias em nível estadual.	R$ 20 bilhões ou 38% do total estadual.

Fonte: dados elaborados pelo autor a partir de IBGE (2019a).

Porém, a "frieza" dos números não expressa um detalhamento analítico desse grupo social que conforma a Agricultura Familiar. Conterato, Schneider e Waquil (2010) demonstram a diversidade com que os agricultores familiares organizam seus recursos produtivos para entender a heterogeneidade dos estilos de agricultura que a partir daí se forma. Nesse caso, o privilégio não recai exclusivamente na análise da maneira pela qual o agricultor familiar mobiliza seus recursos, utilizando-se de uma suposta racionalidade econômica orientada pelo lucro. Há que se ter o cuidado de atentar que dimensões não mercantilizadas da agricultura familiar, como é o caso da força de trabalho dos membros da família, possuem importante capacidade explicativa dos formatos empíricos assumidos por essa forma de agricultura.

Frente ao exposto, se pode abstrair uma gama de Agriculturas Familiares. Tal afirmação se baseia na lógica em que muitas unidades de produção agropecuária têm uma racionalidade de intensificação baseada em uso significativo de capital e insumos voltados para mercados agroexportadores; bem como outros formatos, ainda familiares, operacionalizam seus modos de vida em territórios específicos, com trocas locais arraigadas em sua cultura e normas históricas – algo mais aproximado do campesinato.

Por isso, o objetivo deste trabalho é o de analisar alguns indicadores, a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017 contidos no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), que permitam reflexões acerca da Agricultura Familiar do estado do Rio Grande do Sul frente a realidade brasileira; demonstrando aproximações e diferenças internas. Para tanto, além deste tópico, o trabalho apresenta uma construção que visa a trajetória histórica dos debates acerca das agriculturas de base familiar; em seguida apresenta o percurso metodológico que incorpora elementos de base bibliográfica e estatística descritiva; na sequência estrutura os resultados contrastando as realidades do estado do Rio Grande do Sul frente ao cenário nacional e; por fim, os resultados e o fechamento do trabalho evidenciam aproximações e diferenças no que concerne as Agriculturas Familiares brasileira e gaúcha, porém, com uma tendência mais camponesa na primeira e uma agricultura familiar mais intensificada e mercantilizada no estado do Rio Grande do Sul.

2. O debate sobre as agriculturas de base familiar

Entre os pensamentos que pregam o fim do campesinato e os que defendem sua perpetuação e/ou adaptação; bem como os pensamentos que abordam uma agricultura familiar mais ou menos inseridas nos mercados e/ou mais ou menos "modernizada", alguns elementos devem ser pontuados e acentuados como norteadores a esse trabalho. Para tanto, nesse tópico, serão elencadas abordagens essenciais que tratam do campesinato e da agricultura familiar em seus diferentes contextos históricos. Para tanto, se parte dos estudos clássicos do campesinato e se segue as releituras e rupturas constituídas a partir de trabalhos atuais.

Marx (2017a) via a unidade camponesa com uma certa autonomia, mas que se torna passiva dentro de um processo de industrialização que assolava a Europa no século XIX. Marx (2017a, p. 572) disserta que "é na esfera da agricultura que a grande indústria atua do modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o 'camponês', substituindo-o pelo trabalhador assalariado". Para o autor, as necessidades do campo se nivelam as da cidade e o método de produção mais rotineiro e irracional cede lugar à aplicação consciente e tecnológica da ciência. E, em tom profético acerca do desmantelamento camponês, Marx (2017a) argumenta que, dessa forma, o modo de produção capitalista consome o laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações opostamente desenvolvidas. Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais (MARX, 2017a).

Marx (2017b) enfatiza seus argumentos sobre a lógica capitalista frente a realidade camponesa quando desenvolve a ideia de propriedade fundiária como motriz da acumulação de

lucros. Essa propriedade é aquela que "baseia-se no monopólio de certas pessoas sobre porções definidas do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras" (MARX, 2017b, p. 676). Nesse sentido, o monopólio da propriedade da terra é uma premissa histórica e continua a ser a base do modo de produção capitalista, assim como de todos os modos de produção anteriores que, de um modo ou de outro, fundam-se na exploração das massas a partir do que Marx (2017a) chamou de acumulação primitiva[3]. Dessa forma, Marx (2017b) disserta que essa subordinação da agricultura ao capital faz com que a pequena propriedade camponesa vinculada às terras comunais se transmute na forma econômica correspondente a esse modo de produção, ou seja, de acordo com as perspectivas do autor, uma tendência ao fim do modo camponês no contexto em que realizava suas observações.

Kautsky (1974) converte as perspectivas de Marx ao analisar a questão agrária na Alemanha e corrobora com o posicionamento de que a indústria submete a agricultura ao seu modo de operação capitalista. Dessa forma, Kautsy (1974), a partir do ideário central da industrialização da agricultura, desenvolve que o modo de produção camponês centrado na autonomia e subsistência acaba por ser transformado e sucumbe ao modo de produção capitalista – podendo ainda ser de base familiar, mas necessitando de excedentes voltado ao mercado. Abramovay (2012) é certeiro ao dissertar que Kautsky tenta demonstrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre a propriedade familiar e, portanto, a inutilidade de se frear o movimento inelutável que o capitalismo promove de expropriação camponesa e assevera, a partir da obra de Kautsky, que: o importante é a inutilidade técnica de qualquer trabalho político que procure atenuar a irreversibilidade do declínio camponês. Ou seja, Kautsky praticamente decreta o fim do campesinato frente a ordem do capitalismo.

Por sua vez, Lênin (1985), ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, defende que a comunidade camponesa, igualitária e hegemônica, acaba por se desintegrar dando origem a três segmentos diferenciados e com interesses em conflito: os camponeses ricos que formam uma burguesia rural; o campesinato médio e os camponeses pobres que se convertem em proletários rurais. Para Lênin (1985) esta desintegração da natureza do campesinato é um processo determinado pela transformação das relações agrárias na direção do capitalismo. Lênin (1985, p. 266) assevera:

> O capitalismo agrário sacudiu pela primeira vez a estagnação secular da nossa agricultura, deu um imenso impulso à transformação da sua técnica, ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Aqui, uns poucos decênios de "rompimento" capitalista fizeram mais do que séculos inteiros da história precedente. A uniformidade da economia natural rotineira foi substituída pela diversidade de formas da agricultura comercial; os instrumentos agrícolas primitivos começam a ceder lugar a instrumentos e máquinas aperfeiçoados; o imobilismo dos antigos sistemas de cultura foi minado por procedimentos modernos. [...] Aqui ele (o capitalismo) transforma a técnica de um tipo de operações agrícolas, ali, de outro, separando-as da economia camponesa patriarcal e dos patriarcais pagamentos em trabalho.

[3] No capítulo 24 do Livro I de "O Capital" na "Assim chamada acumulação primitiva", a partir de uma matriz histórica, Marx contextualiza a questão da terra como alicerce da prática de acumulação e desenvolvimento capitalista. Para tal, ele elabora seus argumentos na questão da mais-valia que, em grosso modo, é a diferença entre o valor final da mercadoria e a soma dos fatores de produção e trabalho empregados nessa produção. Entretanto, para se chegar no regime capitalista no qual ele está imerso em plena Inglaterra (berço desse regime), demonstra o movimento histórico que substituiu o regime feudal pelo regime capitalista a partir da separação do produtor e dos meios de produção. Essa separação, em um primeiro momento, é feita pela força bruta e, *a posteriori*, o trabalhador acaba por se submeter a ela voluntariamente. Converte-se a exploração feudal em exploração capitalista.

Em suma, os autores que buscaram refletir acerca do campesinato até então, apontam para uma proletarização e dominação técnica da industrialização da agricultura em face aos modos de vida e de produção camponeses, fadados nesses contextos. No entanto, Chayanov constrói sua crítica aos determinismos que apontam para o fim do campesinato, bem como às proposições de rearranjos agrários e trabalhistas propostos pelos autores anteriores. Sua obra, conforme Wanderley (2014) pontua, elabora uma proposta teórica original de compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura a partir das pesquisas acerca do campesinato russo.

Chayanov (1924) denuncia que os tipos de vida econômica não capitalistas acabam por ser destituídos de importância ou em vias de desaparecimento e, portanto, sem influência nos problemas fundamentais da economia moderna, fazendo com que não tenham qualquer atenção teórica. Porém, Chayanov (1924) assevera que seria impossível seguir uma reflexão econômica centrada apenas em categorias capitalistas. Para Chayanov (1924) um setor muito vasto da vida econômica, mais precisamente a maior esfera de produção agrícola, se baseia numa forma não capitalista de exploração familiar não assalariada, ou seja, uma forma camponesa de vida que não empregam assalariados e só utilizam o trabalho de seus próprios membros. E Chayanov (1924) ainda complementa: mesmo que os sistemas de exploração camponesa estivessem ligados por sistemas de trocas monetárias, estes estariam fora dos sistemas conceituais adaptados à economia capitalista.

Dessa forma, Chayanov demonstra que o tom apocalíptico em relação ao campesinato se dá por um viés da tônica de análise do capitalismo e que acaba por não se confirmar nos tempos futuros. A ideia "Chayanovana" de as unidades de produção familiar terem suas dinâmicas próprias e se adaptarem aos seus componentes internos, confere uma adaptabilidade ao modo de produção familiar que o perpetua enquanto grupo social. Chayanov (1924), nesse sentido, defende que a exploração camponesa familiar pode tirar partido da situação do mercado e das condições naturais de modo a assegurar para a família um equilíbrio interno em prol de um máximo bem-estar possível. Ainda de acordo com o autor, para tal objetivo, é necessário um plano de organização da exploração com um investimento em trabalho suficiente para permitir uma remuneração por unidade de trabalho que seja a mais elevada possível.

Ploeg (1993), de certo modo, endossa os argumentos centrais de Chayanov ao defender a ideia de diferentes graus de mercantilização da agricultura. Para Ploeg (1993) o processo de mercantilização não é algo uniforme ou acabado até mesmo nas regiões mais desenvolvidas da Europa. De acordo com o autor, isso se dá, primeiramente, pelo fato de a agricultura constituir uma unidade complexa de atividades produtivas e reprodutivas que absorvem inúmeros elementos que podem, ou não, se converter em mercantilizados; e esses graus (negociados pelos interesses dos agricultores) influenciam tanto nos diferentes estilos de gestão quanto nas formas e desenvolvimento do trabalho na agricultura. Em sua construção Ploeg (1993) ainda se alinha ao pensamento de Marx ao defender que a cientificação da agricultura enquanto reconstrução sistemática das atuais práticas agrícolas, segundo as pautas marcadas por desenhos de caráter científico, acabam por permitir ao capital o controle do trabalho agrícola e intensificando a sua respectiva mercantilização.

Conterato et. al. (2011) demonstram que os esforços que se alinham ao de Ploeg apontam falhas das perspectivas anteriores e reconhecem a não linearidade das transformações que se operam na agricultura e no rural em face aos processos de modernização e mercantilização. Conterato et. al. (2011, p. 75) argumentam que o "debate foi crucial na medida em que permitiu a ampliação do leque de interpretações sobre o que de fato determina a reprodução social das formas familiares de produção e seu fortalecimento no interior do capitalismo".

Sendo assim, essas abordagens alicerçam os debates que enfocam o grupo social da Agricultura Familiar. Wanderley (2003) afirma que mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar "moderno", teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais. O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato, haja vista que, ainda segundo a autora, há no agricultor familiar um camponês bem acordado. Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura. Ou como Sampaio (2011) elucida: os teóricos da agricultura familiar defendem que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar puramente. Desse modo, de acordo com a autora, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo de reconhecida força teórico – política.

Schneider (2003) descreve a Agricultura Familiar como um grupo social no qual a força de trabalho dos membros da família é a mola mestra – enfatizando sua importância social -, além disso criam uma relação de tempo ao trabalho que o caracteriza de forma diferente a uma agricultura industrial e que transforma a articulação da agricultura familiar com o ambiente econômico e social no qual está inserida. Além disso, Schneider (2003) enfatiza a característica de a natureza familiar das atividades agrícolas ser assentada em relações de parentesco e de herança, trazendo agilidade nas decisões e ações, bem como a reprodução do modo de produção familiar.

Ploeg (2013) demonstra a proximidade do ideário campesino com o da Agricultura Familiar. O autor enfatiza o fato de a família ter o controle dos recursos em nível de propriedade e aponta como um fator primordial para geração de conhecimentos e combinação de recursos. Tal fato, ainda de acordo com Ploeg (2013), faz da propriedade um local de trabalho autônomo e de progresso para a família, criando uma conexão entre seus membros e a propriedade, formando uma conjunção única a esse modo de produção. Entretanto, como propulsora de desenvolvimento, Ploeg (2013) ainda assevera que há mais do que propriedade e trabalho e a Agricultura Familiar proporciona aos agricultores familiares uma parte (ou a totalidade) de sua renda e alimentação – ligando passado, presente e futuro a partir das experiências de cultivo e, também, de preparo de alimentos. Tais fatos culminam com a Agricultura Familiar sendo uma arena de cultura aplicada e preservada que faz parte de uma economia rural mais ampla, porém, em consonância com seu local, inserida, também, em uma paisagem rural mais ampla (PLOEG, 2013).

Aproximado ao contexto exposto até aqui, Schneider (2003), assevera que a Agricultura Familiar é um modo de produção que não se mostra estático ao longo do tempo e tem uma dependência de sua relação com formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica nos seus respectivos espaços e contextos históricos. Para Schneider (2003), o habitual reducionismo classificatório dos estudos sobre agricultura familiar não abarca a grandeza e a complexidade inerentes ao modo de produção familiar, haja vista que nem a categoria trabalho familiar, nem a contratação ou não de assalariados, nem as relações com o mercado servem, isoladamente, como critérios para sua definição.

Corroborando com isso, sempre são importantes os esforços que demonstrem os dinamismos e diferenças internas das agriculturas de base familiar, dado que podem ter um formato de campesino mais "puro" centrada nas dinâmicas internas das unidades de produção com interação restrita à sua comunidade ou uma agricultura familiar mercantilizada e

intensamente inserida numa lógica de produção agroexportadora e alinhada com os mercados e demandas externas.

Sendo assim, e por fim, cabe os apontamentos de Schneider e Cassol (2014) quando dissertam que nos últimos anos, o Brasil conheceu avanços significativos no que concerne a uma melhor definição e compreensão das características e do significado do grupo social denominado agricultura familiar e, para os autores, o principal avanço refere-se ao reconhecimento da enorme diversidade econômica e heterogeneidade social desse grupo social, formado por pequenos proprietários de terra que trabalham mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo tanto para seu autoconsumo como para a comercialização, e vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais. Em suma, a Agricultura Familiar apresenta inúmeras qualidades que a destacam como elemento socioeconômico, cultural e político. Ploeg (2016) demonstra que, em grande parte do Sul global, desigualdades são visíveis nas contradições que existem entre um pequeno segmento de fazendas que se dedicam à produção para exportação e a grande maioria dos produtores camponeses, principalmente produzindo para o mercado interno – mas que também apresenta sua heterogeneidade.

3. Trajetória metodológica: enquadramento da pesquisa, fonte e análise dos dados

Partindo-se de observações, registros e análises de fatos, fenômenos ou dados sem as suas respectivas manipulações diretas, tem-se nessa pesquisa um caráter descritivo (CERVO E BERVIAN, 1996). De acordo com Santos (2007), a pesquisa descritiva é o levantamento das características conhecidas que compõem um fato, fenômeno ou processo. Quanto ao procedimento da coleta dos dados utilizados, ainda conforme Santos (2007), essa é uma pesquisa bibliográfica; que de acordo com o autor, remete a um conjunto de materiais escritos (gráfica ou eletronicamente) a respeito de um assunto, constituindo-se em uma preciosa fonte de informações que contêm dados já organizados e analisados.

Marconi e Lakatos (2003) argumentam que tal pesquisa se caracteriza e se define como uma investigação a partir de fontes secundárias que abrangem a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Atualmente, não podem ser desprezados do processo de pesquisa bibliográfica os materiais digitalizados e em meio eletrônico, dado o contexto contemporâneo de disponibilidade de informações. Santos (2007) ainda complementa que fontes bibliográficas são também *websites*, relatórios de simpósios/seminários e anais de congressos. A utilização total ou parcial de quaisquer dessas fontes caracteriza a pesquisa como uma pesquisa bibliográfica.

Em termos operacionais, este trabalho se ancora na estatística descritiva, a qual, segundo Knupfer e McLellan (2001) visa entender o fenômeno como o é, não visando construir relações de causa e efeito – foco especial das estatísticas inferenciais. Para tanto, se estrutura a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no seu Sistema de Recuperação Automática de Dados (SIDRA). Foram usados os indicadores vinculados a categoria Agricultura Familiar (AF), demonstrados no Quadro 2, no Estado do Rio Grande do Sul, a partir dos resultados do Censo Agropecuário de 2017[4]. É importante ressaltar que os

[4] Cabe salientar que o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) constrói sua distinção a partir do Decreto n° 9.064, de 31 de maio de 2017 (BRASIL, 2017). Tal decreto define a agricultura familiar (AF) como sendo a que utiliza força de trabalho familiar ou conta com poucos ajudantes contratados; tem área total menor do que quatro módulos fiscais; renda familiar majoritariamente originada das atividades agrícolas realizadas no estabelecimento e a gestão é feita pela própria família. Por sua vez, agricultura não familiar (ANF) possui mão-de-obra contratada e os processos decisórios são coordenados pelo empresário agrícola ou gestores profissionais também contratados.

dados censitários foram levantados em 2017, mas somente no ano de 2019 vieram a público no SIDRA/IBGE.

Quadro 2 - Brasil e Rio Grande do Sul – Indicadores selecionados no Censo Agropecuário 2017.

6778 – Grupos de área total; 6762 – Finalidade principal da produção do estabelecimento; 6853 – Uso de agricultura orgânica ou pecuária orgânica; 6851 – Uso de agrotóxicos; 6847 – Uso de adubação; 6895 - Agente financeiro responsável pelo financiamento; 6780 – Origem da orientação técnica recebida;

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (SIDRA/IBGE, 2019a).

Ainda cabe ressaltar que o trabalho foca suas análises no grupo de Agricultura Familiar (AF) e contrasta os indicadores no âmbito interno da categoria, bem como os resultados do Estado do Rio Grande do Sul em relação aos indicadores em nível de Brasil. O âmbito interno se dá a partir da subdivisão dos agricultores familiares como sendo os enquadrados nos grupos de classificação dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), grupos B e V, bem como o grupo dos não Pronafianos. No período de referência de levantamento dos dados do Censo Agropecuário 2017, os agricultores familiares do PRONAF B (AF-B) eram aqueles com renda bruta familiar anual de até R$ 20 mil. Os do grupo V (AF-V) são os agricultores que se enquadram na denominada renda variável e esta variação é compreendida entre uma renda bruta anual de R$ 20 mil até R$ 360 mil. Os não Pronafianos (AF-NP) são os que extrapolavam a renda bruta familiar anual de R$ 360 mil em 2017 (IBGE, 2019c).

4. Características das Agriculturas Familiares do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil: contrastes e aproximações para o debate acerca de suas heterogeneidades a partir de uma mirada do campesinato e da mercantilização[5]

Um primeiro aspecto no qual se debruçam as análises apresentadas neste trabalho se ancora na estruturação das áreas fundiárias nas quais estão alocadas as Agriculturas Familiares. De acordo com a Tabela 1, aproximadamente 67% da Agricultura Familiar (AF) brasileira se concentra nos extratos de área até 50 hectares, enquanto a mesma realidade do estado do Rio Grande do Sul é de quase 74%. Tanto em nível nacional quanto em nível estadual ainda chama a atenção a concentração dos agricultores familiares mais pobres no extrato de 0 a 10 hectares.

Os dados censitários evidenciam a questão da concentração fundiária por parte de um número reduzido de estabelecimentos, trazendo uma realidade aproximada tanto em nível nacional quanto estadual. Tais dados evidenciam um dos fatores limitantes no que tange a AF em relação aos processos de concentração e revelam os limites de sua reprodução, subordinada que está à perpetuação da concentração fundiária, marca da história da agricultura e do mundo rural brasileiros (WANDERLEY, 2015).

A agricultura não familiar tem como característica a utilização em maiores graus de máquinas, equipamentos e outras tecnologias, além de possuírem maiores áreas de terras e escalas de produção.

[5] Salienta-se que os dados elaborados nesse item se alinham com a mirada especificada e não sombreando as análises apresentadas por Silva, Gazolla e Oliveira (2022) que demonstram a amplitude e características da AF gaúcha em nível nacional com: a)5,79% dos estabelecimentos agropecuários; b)4,74% do pessoal ocupado; c)1,56% da área ocupada; d) 4,38% do valor total da produção.

Tabela 1 – BR e RS: estabelecimentos agropecuários por extrato de área (ha)

Número de estabelecimentos (unidades) por extratos de área (ha)													
		Tipologias											
Brasil e UF		Total	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	Total	5073324	100	1175916	23,18	3897408	76,82	2732790	53,87	1138885	22,45	25733	0,51
	0 - 10	2543681	50,14	495563	9,77	2048118	40,37	1712357	33,75	332448	6,55	3313	0,07
	10 - 20	730662	14,40	107449	2,12	623213	12,28	365278	7,20	254657	5,02	3278	0,06
	20 - 50	855865	16,87	130750	2,58	725115	14,29	393034	7,75	323576	6,38	8505	0,17
	50 - 100	394157	7,77	93449	1,84	300708	5,93	147252	2,90	146450	2,89	7006	0,14
	100 - 500	365841	7,21	220586	4,35	145255	2,86	64570	1,27	77196	1,52	3489	0,07
	500 - 1000	54878	1,08	54453	1,07	425	0,01	222	0,00	185	0,00	18	0,00
	> 1000	51203	1,01	51023	1,01	180	0,00	69	0,00	92	0,00	19	0,00
	Sem área	77037	1,52	22643	0,45	54394	1,07	50008	0,99	4281	0,08	105	0,00
RS	Total	365094	100	71202	19,50	293892	80,50	104195	28,54	183054	50,14	6643	1,82
	0 - 10	132782	36,37	20761	5,69	112021	30,68	63243	17,32	47894	13,12	884	0,24
	10 - 20	89850	24,61	7083	1,94	82767	22,67	21921	6,00	59570	16,32	1276	0,35
	20 - 50	82863	22,70	6274	1,72	76589	20,98	15201	4,16	58816	16,11	2572	0,70
	50 - 100	26671	7,31	6734	1,84	19937	5,46	3093	0,85	15155	4,15	1689	0,46
	100 - 500	23672	6,48	21708	5,95	1964	0,54	375	0,10	1384	0,38	205	0,06
	500 - 1000	4811	1,32	4810	1,32	1	0,00	1	0,00	0	0,00	0	0,00
	> 1000	3544	0,97	3543	0,97	1	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,00
	Sem área	901	0,25	289	0,08	612	0,17	361	0,10	235	0,06	16	0,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Partindo de um dos elementos básicos que caracteriza o grupo social de base familiar produtiva camponesa - a produção para consumo próprio ou de seus comensais - esse segundo item deve ser de especial atenção. A Tabela 2 explora essa questão demonstrando que tanto em nível de Brasil como no estado do Rio Grande do Sul (RS) predomina a AF e tal grupo preeminentemente comercializa sua produção. No entanto, cabe destacar que no RS a preponderância da comercialização é mais acentuada que em nível de país. Outro aspecto importante é que entre os agricultores familiares mais pobres (AF – B), em nível de Brasil, predomina o consumo próprio, enquanto no RS, mesmo essa categoria, tem a predominância de comercialização.

Essas pontuações sinalizam aspectos que demonstram diferenças estruturais ao se contrastarem as realidades do estado e em nível de país. Porém, endossam os argumentos apresentados por Ghizelini e Araguão (2019) ao destacarem que AF e campesinato estão mediados por relações que extrapolam a produção, pois pelas relações familiares, pelas relações com os mecanismos de comercialização, pelas relações com a sociedade envolvente, enfim, a compreensão de como a agricultura de base familiar vem se organizando e se reproduzindo social, política e economicamente deve ser compreendida num contexto pensado e realizado enquanto um modo de vida, e não meramente como um padrão produtivo que sofre as consequências do capitalismo moderno meramente.

Tabela 2 – BR e RS: finalidade principal da produção agropecuária dos estabelecimentos

Finalidade principal da produção agropecuária do estabelecimento													
Brasil e UF		Tipologias											
		Total	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	Total	5073324	100,00	1175916	23,18	3897408	76,82	2732790	53,87	1138885	22,45	25733	0,51
	Consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor	2049663	40,40	407456	8,03	1642207	32,37	1499546	29,56	141917	2,80	744	0,01
	Comercialização da produção (inclusive troca ou escambo)	3023661	59,60	768460	15,15	2255201	44,45	1233244	24,31	996968	19,65	24989	0,49
RS	Total	365094	100,00	71202	19,5	293892	80,5	104195	28,5	183054	50,1	6643	1,8
	Consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor	67058	18,37	12537	3,43	54521	14,9	41797	11,4	12652	3,47	72	0
	Comercialização da produção (inclusive troca ou escambo)	298036	81,63	58665	16,1	239371	65,6	62398	17,1	170402	46,7	6571	1,8

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Em relação ao manejo das explorações, analisar a produção orgânica se torna interessante nos estudos da AF em virtude de uma menor dependência de insumos químicos, geralmente externos, bem como um alinhamento não convencional – em tendência – em relação aos mercados. A Tabela 3 demonstra que os cultivos orgânicos ainda são incipientes em relação aos manejos convencionais. No entanto, os dados demonstram que imperam os cultivos orgânicos na AF, especialmente na mais pobre e esse cenário é semelhante tanto em nível de Brasil quanto do Rio Grande do Sul.

Tal fato pode demonstrar um elemento de resistência e garantia de soberania alimentar a agricultura camponesa. Conforme Roos (2012) argumenta, a produção orgânica como impulso à agricultura agroecológica se estabelece como uma forma de enfrentamento aos esquemas engendrados pelo modelo agrícola agroexportador. Nesse processo, a produção orgânica é fundamental para a resistência do campesinato. Ainda de acordo com o autor, a diversificação da produção como garantia da soberania alimentar dos camponeses e da sociedade em geral, se contrapondo ao modelo da agricultura empresarial que prima pela especialização em monoculturas se mostra como item fundamental em termos de reprodução do grupo familiar.

Tabela 3 – BR e RS: manejo orgânico da agricultura e pecuária

Agricultura orgânica ou pecuária orgânica													
BR e UF				Tipologia									
	Práticas de uso	Total	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	Total	5073324	100,00	1175916	23,18	3897408	76,82	2732790	53,87	1138885	22,45	25733	0,51
	Sim	64690	1,28	15360	0,30	49330	0,97	34565	0,68	14517	0,29	248	0,00
	Sim, faz para produção vegetal	36689	0,72	8199	0,16	28490	0,56	20179	0,40	8175	0,16	136	0,00
	Sim, faz para produção animal	17612	0,35	4986	0,10	12626	0,25	8308	0,16	4229	0,08	89	0,00
	Sim, faz para produção vegetal e animal	10389	0,20	2175	0,04	8214	0,16	6078	0,12	2113	0,04	23	0,00
	Não	2689934	53,02	616722	12,16	2073212	40,86	1729153	34,08	340120	6,70	3939	0,08
RS	Total	365094	100,00	71202	19,50	293892	80,50	104195	28,54	183054	50,14	6643	1,82
	Sim	3576	0,98	791	0,22	2785	0,76	1427	0,39	1336	0,37	22	0,01
	Sim, faz para produção vegetal	2572	0,70	513	0,14	2059	0,56	990	0,27	1050	0,29	19	0,01
	Sim, faz para produção animal	613	0,17	191	0,05	422	0,12	284	0,08	137	0,04	1	0,00
	Sim, faz para produção vegetal e animal	391	0,11	87	0,02	304	0,08	153	0,04	149	0,04	2	0,00
	Não	66023	18,08	20867	5,72	45156	12,37	33754	9,25	11019	3,02	383	0,10

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Em complementaridade ao enfoque anterior, abordar o uso de agrotóxicos e adubação por parte da AF se mostra adequado. Essa questão implica na demonstração de uma dependência maior por insumos externos e, teoricamente, uma intensificação das atividades produtivas em consonância com uma lógica de mercado mais proeminente. Os dados contidos nas Tabelas 4 e 5 demonstram que o Rio Grande do Sul segue uma tendência diferente da brasileira no que tange ao uso de agroquímicos e adubação química por parte da AF. Em nível de estado predomina uma AF em que 59,51% dos estabelecimentos usam agrotóxicos e 41,49% utilizam adubação química, enquanto os dados nacionais são de 25,52% e 15,24%, respectivamente.

Tabela 4 – BR e RS: uso de agroquímicos nos estabelecimentos agropecuários

Uso de agrotóxicos													
BR e UF				Tipologia									
	Práticas de uso	Total	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	Total	5073324	100,00	1175916	23,18	3897408	76,82	2732790	53,87	1138885	22,45	25733	0,51
	Utilizou	1681740	33,15	386801	7,62	1294939	25,52	638271	12,58	637313	12,56	19355	0,38
	Não utilizou	3365826	66,34	784483	15,46	2581343	50,88	2075956	40,92	499059	9,84	6328	0,12
	Não utilizou - não usa	3231422	63,69	752252	14,83	2479170	48,87	2003351	39,49	469904	9,26	5915	0,12
	Não utilizou - usa, mas não precisou utilizar	134404	2,65	32231	0,64	102173	2,01	72605	1,43	29155	0,57	413	0,01
RS	Total	365094	100,00	71202	19,50	293892	80,50	104195	28,54	183054	50,14	6643	1,82
	Utilizou	256213	70,18	38953	10,67	217260	59,51	51437	14,09	159763	43,76	6060	1,66
	Não utilizou	108276	29,66	32074	8,79	76202	20,87	52499	14,38	23127	6,33	576	0,16
	Não utilizou - não usa	104533	28,63	31184	8,54	73349	20,09	50909	13,94	21909	6,00	531	0,15
	Não utilizou - usa, mas não precisou utilizar	3743	1,03	890	0,24	2853	0,78	1590	0,44	1218	0,33	45	0,01

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Esses indicadores podem apontar para um processo de modernização mais intenso na AF do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil. Tal fato se alinha com o que Mattei e Michellon (2021), ao analisarem os dois últimos censos agropecuários nacionais, dissertam que o Rio Grande do Sul é um dos estados onde se encontravam o maior número de estabelecimentos produzindo com agrotóxicos do total brasileiro. Além disso, Minatto (2002) expõe, ao argumentar que a agricultura familiar apresenta transformações no uso da terra, nas técnicas e na configuração da mão de obra quando inserida em processo de modernização, que acaba alterando toda uma base produtiva em prol da inserção mercadológica. O contraste encontrado nos resultados também conflui com os argumentos de Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) ao pontuarem que os processos de modernização têm como resultado prático a configuração de uma "nova modernização desigual" no meio rural brasileiro, contribuindo para aprofundar ainda mais a exclusão social e as desigualdades regionais no país.

Entretanto, tal cenário aponta para elementos que podem ser considerados como não positivos nesse contexto indicativo de intensificação e modernização produtiva. Haja vista que Silva, Gazolla e Oliveira (2022) demonstram que o RS é o estado da Região Sul com menor incidência de práticas agrícolas conservacionistas – algo que pode ser um indicativo de impactos negativos de tal intensificação.

Tabela 5 – BR e RS: uso de adubação nos estabelecimentos agropecuários

Uso de adubação													
BR e UF				Tipologia									
	Práticas de adubação	Total	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	Total	5073324	100,00	1175916	23,18	3897408	76,82	2732790	53,87	1138885	22,45	25733	0,51
	Fez adubação	2144693	42,27	506349	9,98	1638344	32,29	871507	17,18	745522	14,69	21315	0,42
	Fez adubação - química	1015429	20,02	242030	4,77	773399	15,24	364748	7,19	400552	7,90	8099	0,16
	Fez adubação - orgânica	590834	11,65	133908	2,64	456926	9,01	351548	6,93	103493	2,04	1885	0,04
	Fez adubação - química e orgânica	538430	10,61	130411	2,57	408019	8,04	155211	3,06	241477	4,76	11331	0,22
	Não fez adubação	2902873	57,22	664935	13,11	2237938	44,11	1842720	36,32	390850	7,70	4368	0,09
	Não fez adubação - não costuma fazer adubação	2626577	51,77	584974	11,53	2041603	40,24	1697611	33,46	340337	6,71	3655	0,07
	Não fez adubação - costuma fazer adubação	276296	5,45	79961	1,58	196335	3,87	145109	2,86	50513	1,00	713	0,01
RS	Total	365094	100,00	71202	19,50	293892	80,50	104195	28,54	183054	50,14	6643	1,82
	Fez adubação	302741	82,92	51348	14,06	251393	68,86	72237	19,79	172945	47,37	6211	1,70
	Fez adubação - química	184282	50,48	32790	8,98	151492	41,49	42720	11,70	107075	29,33	1697	0,46
	Fez adubação - orgânica	26150	7,16	5545	1,52	20605	5,64	11531	3,16	8615	2,36	459	0,13
	Fez adubação - química e orgânica	92309	25,28	13013	3,56	79296	21,72	17986	4,93	57255	15,68	4055	1,11
	Não fez adubação	61748	16,91	19679	5,39	42069	11,52	31699	8,68	9945	2,72	425	0,12
	Não fez adubação - não costuma fazer adubação	51767	14,18	16685	4,57	35082	9,61	26769	7,33	7928	2,17	385	0,11
	Não fez adubação - costuma fazer adubação	9981	2,73	2994	0,82	6987	1,91	4930	1,35	2017	0,55	40	0,01

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Como os indicadores anteriores acenam para um panorama diferencial entre as realidades gaúcha e brasileira, demonstrando um maior alinhamento com a lógica de mercado pela AF do estado em análise, cabe um olhar acerca do financiamento das atividades. A Tabela 6 demonstra que em nível de Brasil a AF se mostra como sendo a mais dependente (11,85% dos estabelecimentos) de financiamentos. Nesse panorama impera a figura dos bancos como principais agenciadores. Na arena nacional não se nota uma discrepância entre os AF mais capitalizados em relação aos menos. Quanto a realidade do Rio Grande do Sul, a dependência de financiamento por parte da AF se mostra mais saliente (24,76% dos estabelecimentos) e a concentração de busca por financiamento se dá o grupo mais capitalizado (AF-V com 21,21%). Outro aspecto diferencial no Estado é que as cooperativas de crédito se mostram protagonistas (em menor expressão) junto com os bancos como fomentadores dos financiamentos.

Tal panorama pode ser um indicativo de a AF gaúcha se apresentar como mais mercantilizada do que a realidade nacional. Sabe-se que o acesso a políticas públicas que auxiliam o financiamento das atividades (PRONAF, por exemplo) se dá via agentes e garantias específicas. Cruz et. al. (2021) salientam que isso pode ser explicado pelo fortalecimento social e econômico da agricultura familiar nos últimos anos, exigindo maior relacionamento com as políticas públicas e com o sistema bancário, ao mesmo tempo

Tabela 6 – BR e RS: acesso e agentes de financiamento por parte dos estabelecimentos agropecuários

Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento													
BR e UF				Tipologia									
	Agentes financiadores	Total	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	Total	784538	15,46	183347	3,61	601191	11,85	289418	5,70	298945	5,89	12828	0,25
	Bancos	654636	12,90	157150	3,10	497486	9,81	259969	5,12	227784	4,49	9733	0,19
	Cooperativas de crédito	105047	2,07	25395	0,50	79652	1,57	11315	0,22	64662	1,27	3675	0,07
	Governos	55281	1,09	11810	0,23	43471	0,86	22495	0,44	20224	0,40	752	0,01
	Comerciantes de matéria prima	989	0,02	376	0,01	613	0,01	172	0,00	420	0,01	21	0,00
	Fornecedores (insumos e/ou equipamentos)	3248	0,06	1322	0,03	1926	0,04	170	0,00	1619	0,03	137	0,00
	Empresa integradora	6859	0,14	908	0,02	5951	0,12	537	0,01	5329	0,11	85	0,00
	Outras instituições financeiras (exceto bancos e cooperativas)	4086	0,08	826	0,02	3260	0,06	2287	0,05	942	0,02	31	0,00
	Organização Não-Governamental - ONG	323	0,01	84	0,00	239	0,00	141	0,00	95	0,00	3	0,00
	Parentes ou amigos	2174	0,04	588	0,01	1586	0,03	922	0,02	648	0,01	16	0,00
	Outro agente	2796	0,06	782	0,02	2014	0,04	1232	0,02	746	0,01	36	0,00
RS	Total	112425	30,79	22022	6,03	90403	24,76	8623	2,36	77436	###	4344	1,19
	Bancos	79445	21,76	17565	4,81	61880	16,95	6325	1,73	52259	###	3296	0,90
	Cooperativas de crédito	33403	9,15	5913	1,62	27490	7,53	1805	0,49	24377	6,68	1308	0,36
	Governos	5845	1,60	982	0,27	4863	1,33	451	0,12	4157	1,14	255	0,07
	Comerciantes de matéria prima	276	0,08	61	0,02	215	0,06	13	0,00	196	0,05	6	0,00
	Fornecedores (insumos e/ou equipamentos)	966	0,26	239	0,07	727	0,20	42	0,01	668	0,18	17	0,00
	Empresa integradora	3698	1,01	230	0,06	3468	0,95	183	0,05	3261	0,89	24	0,01
	Outras instituições financeiras (exceto bancos e cooperativas)	486	0,13	113	0,03	373	0,10	133	0,04	228	0,06	12	0,00
	Organização Não-Governamental - ONG	30	0,01	8	0,00	22	0,01	1	0,00	21	0,01	0	0,00
	Parentes ou amigos	125	0,03	27	0,01	98	0,03	20	0,01	77	0,02	1	0,00
	Outro agente	286	0,08	91	0,02	195	0,05	50	0,01	138	0,04	7	0,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Um ponto importante atrelado ao indicador anterior diz respeito quanto a orientação técnica recebida pelos estabelecimentos agropecuários. Essa importância se evidencia pelo fato de, muitas vezes, as políticas públicas de financiamento serem operacionalizadas pelas empresas que prestam tais orientações. A Tabela 7 demonstra que, em nível nacional, o não recebimento de orientação técnica por parte dos estabelecimentos agropecuários é gritante (79,79%) e, em nível estadual, aproximadamente a metade (50,07%) dos estabelecimentos se encontra desamparada de orientação técnica. Tal aspecto é um gargalo preocupante, haja vista que, de acordo com Cruz et. al (2021), a literatura que relaciona a AF com assistência técnica e extensão rural relata que a presença de instituições de ATER possui muitos benefícios para a agricultura familiar. Dentre elas, é destacada a vantagem em possuir um auxílio na

documentação necessária para se candidatar a um programa de crédito rural, o que, no caso do Pronaf, por exemplo, é um dos fatores que mais dificulta o acesso do agricultor ao empréstimo. No entanto, cabe destacar que tanto em nível nacional como estadual, dentre os estabelecimentos que recebem orientação técnica, as governamentais são as que imperam com 6,05% e 13,97%, respectivamente.

No Rio Grande do Sul, o protagonismo na oferta de orientação técnica é dividido com as cooperativas (13,70%) e com as empresas integradoras (13,15%). Um fator explicativo de tal cenário está na grande produção de aves, suínos e tabaco no estado em questão e que são predominantemente ligados às agroindústrias integradoras e altamente dependente de mercados convencionais, conforme já demonstrou Wilkinson (2008). Sendo assim, se evidencia um contraste entre a AF gaúcha e a AF brasileira.

Tabela 7 – BR e RS: acesso e agentes orientação técnica aos estabelecimentos agropecuários

Origem da orientação técnica recebida pelas unidades de produção													
BR e UF				Tipologia									
	Origem da orientação técnica	Total	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	Recebe	1025443	20,21	317125	6,25	708318	13,96	247870	4,89	442095	8,71	18353	0,36
	Governo (federal, estadual ou municipal)	388077	7,65	80910	1,59	307167	6,05	150327	2,96	152808	3,01	4032	0,08
	Própria ou do próprio produtor	316394	6,24	162706	3,21	153688	3,03	47552	0,94	99614	1,96	6522	0,13
	Cooperativas	251520	4,96	69225	1,36	182295	3,59	31873	0,63	142723	2,81	7699	0,15
	Empresas integradoras	134950	2,66	21778	0,43	113172	2,23	9654	0,19	98291	1,94	5227	0,10
	Empresas privadas de planejamento	28302	0,56	9771	0,19	18531	0,37	2580	0,05	15129	0,30	822	0,02
	Organização não-governamental (ONG)	8662	0,17	1933	0,04	6729	0,13	4851	0,10	1843	0,04	35	0,00
	Sistema S	7680	0,15	2446	0,05	5234	0,10	2091	0,04	3029	0,06	114	0,00
	Outra	52117	1,03	15211	0,30	36906	0,73	14510	0,29	21495	0,42	901	0,02
	Não recebe	4047881	79,79	858791	###	3E+06	62,86	2E+06	48,98	696790	13,73	7380	0,15
RS	Recebe	182283	49,93	34764	9,52	147519	40,41	21580	5,91	119994	32,87	5945	1,63
	Governo (federal, estadual ou municipal)	58551	16,04	7561	2,07	50990	13,97	10396	2,85	38744	10,61	1850	0,51
	Própria ou do próprio produtor	44802	12,27	17376	4,76	27426	7,51	5098	1,40	20605	5,64	1723	0,47
	Cooperativas	60144	16,47	10143	2,78	50001	13,70	4615	1,26	42861	11,74	2525	0,69
	Empresas integradoras	52534	14,39	4520	1,24	48014	13,15	2980	0,82	42445	11,63	2589	0,71
	Empresas privadas de planejamento	8968	2,46	2083	0,57	6885	1,89	396	0,11	6199	1,70	290	0,08
	Organização não-governamental (ONG)	411	0,11	75	0,02	336	0,09	48	0,01	281	0,08	7	0,00
	Sistema S	880	0,24	244	0,07	636	0,17	63	0,02	542	0,15	31	0,01
	Outra	7050	1,93	1362	0,37	5688	1,56	790	0,22	4672	1,28	226	0,06
	Não recebe	182811	50,07	36438	9,98	146373	40,09	82615	22,63	63060	17,27	698	0,19

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Por fim e em suma, os dados demonstram um contraste entre as realidades brasileira e do estado do Rio Grande do Sul no que tange a AF. Especialmente nos indicadores que estão atrelados à questões de modernização e mercantilização colocam a AF gaúcha em um patamar

de maior intensificação, demonstrando que, em tese, essa AF se distancia de uma lógica campesina, enquanto a brasileira ainda mantém suas proximidades mais intensas. No entanto, é importante se depreender dos dados os pontos de distanciamento e aproximação existentes entre agricultura camponesa e agricultura familiar – o que evidencia suas heterogeneidades já versadas em estudos na literatura.

5. Considerações finais

Este trabalho objetivou analisar alguns indicadores, a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017 contidos no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), que fomentem reflexões acerca da Agricultura Familiar do estado do Rio Grande do Sul frente a realidade brasileira; demonstrando aproximações e diferenças internas. Os resultados obtidos evidenciaram aproximações em alguns aspectos e distanciamentos em outros.

Evidenciou-se que, tanto em nível nacional como no âmbito do Rio Grande do Sul, as AF seguem um padrão semelhante em relação a estruturação fundiária dos estabelecimentos como no destino de suas produções. No entanto, os extratos mais pobres se diferenciam, tendendo a um aspecto menos intensificado de uso da terra e destino da produção, dando indícios de uma manutenção camponesa.

Ao se triangular os dados quanto ao uso de agroquímicos, uso de adubação química e captação de financiamento para as atividades produtivas, o contraste entre a realidade do Rio Grande do Sul e a brasileira se monstra saliente. A AF gaúcha é mais dependente no que tange os indicadores analisados e tal fato pode ser justificado, também, pela predominância de outros agentes provedores de orientação técnica, diferentemente da arena nacional. Enquanto no Brasil predominam as empresas governamentais, no Rio Grande do Sul esse protagonismo é dividido com cooperativas e empresas integradoras. Tal cenário explica uma agricultura mais intensificada em insumos externos – sejam produtivos ou financeiros – em prol de uma realidade mercantilizada operacionalizada pelos agentes que ofertam orientação técnica. Em suma, pode-se dizer que o Rio Grande do Sul apresenta uma tendência de uma AF mais mercantilizada, enquanto a realidade nacional demonstra a resistência de uma AF camponesa.

Cabe salientar que esses indicadores foram intencionais e constroem evidências quanto aos resultados construídos. Existe um potencial de pesquisas futuras ao se elencarem outros indicadores, bem como a busca por evidências empíricas que comprovem as sentenças aqui construídas.

6. Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. Edusp. São Paulo, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017.** Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 , que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm Acessado em: 13 de março de 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 10.688, de 26 de abril de 2021.** Altera o Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional

da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10688.htm Acessado em: 18 de maio de 2021.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 4ªed. Makron books. São Paulo – SP, 1996.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. (1924). Traduzido por Manuel Villaverde Cabral. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Chayanov e o campesinato.** Expressão popular. São Paulo – SP, 2014.

CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S., WAQUIL, P. D. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaios FEE**. v. 31, n. 1, p. 149-186. Porto Alegre - RS, 2010.

CONTERATO, M. et. al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Ed. UFRGS. Porto Alegre – RS, 2011.

CRUZ, N. B.; JESUS, J. G.; BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 59(3): e226850, 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Deep roots**. FAO. UK, 2014.

GHIZELINI, A. A. M.; ARAGUÃO, L. Campesinato e agricultura familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais** n. 23/1 Jan-Jun 2019, Vitória – Brasil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017.** Brasília, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e Acesso em: 10 de outubro de 2020.

_____. **Censo agropecuário 2017** – resultados definitivos. v. 8, p.1-105. Rio de Janeiro - RJ, 2019a.

_____. Sistema da Recuperação Automática de Dados (SIDRA). **Censo Agropecuário 2017**. Brasília - DF, 2019b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017 . Acesso em: 13 de outubro de 2020.

_____. **Censo Agro 2017** – retratando a realidade do Brasil agrário. Apresentação resumo. Rio de Janeiro, 2019c. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d37d30efd337a9b66852d60148695df1.pdf Acesso em 11 de março de 2021.

KAUTSKY, K. **La cuestión agraria** – análisis de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia. Traductores: Carlos Altamirano; Juan José Real; Delia Garcia. Ed. Siglo XXI. Buenos Aires, 1974.

KNUPFER, N. N.; MCLELLAN, H. Descriptive Research Methodologies. In: JONASSEN, D. H. (Ed.). **The handbook of research for educational communications and technology**. AECT. Bloomington/In/USA, 2001.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia** – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Traduzido por José Paulo Netto. 2ª ed. Nova cultural. São Paulo – SP, 1985.

LOWDER, S. K.; SKOET, J.; RANEY, T. The number, size, and distribution of farms, smallholder farms, and family farms worldwide. **FAO - World Development**. Vol 87, p. 16-29, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica** 5ªed. Atlas. São Paulo – SP, 2003.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital. Traduzido por Rubens Enderle. 2ª ed. Boitempo. São Paulo – SP, 2017a

_____. **O capital**: crítica da economia política – Livro III: o processo global da produção capitalista. Edição de Friedrich Engels. Traduzido por Rubens Enderle. 1ª ed. Boitempo. São Paulo – SP, 2017b.

MATTEI, T. F.; MICHELLON, E. Panorama da agricultura orgânica e dos agrotóxicos no Brasil: uma análise a partir dos censos 2006 e 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural** 59(4): e222254, 2021.

MINATTO, J. M. A modernização da agricultura familiar e as transformações no espaço agrário em Turvo (SC). **Revista de Ciências Humanas.** EDUFSC. n. 31, p. 203 – 223. Florianópolis – SC, abril de 2002.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, Roseli. S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da educação do campo**. 3ª ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão popular. Rio de Janeiro, São Paulo: 2013.

PLOEG, J D v. d. El proceso de trabajo agricola y la mercantilizacion. In: GUZMAN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzales de. (Eds). **Ecologia, campesinado e historia**. Endymión. Madrid, 1993.

_____. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de Rita Pereira. Ed. UFRGS. Porto Alegre, 2008.

_____. Ten qualities of family farming. **Farming Matters**. N. 29, p. 8–11. 2013. Disponível em https://edepot.wur.nl/289501 Acesso em: 8 de janeiro de 2014.

_____. **The importance of peasant agriculture**: a neglected truth. Wageningen University & Research: Wageningen, The Netherlands, 2016.

ROOS, D. A disputa pelo território: agricultura camponesa versus agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense. **Anais da XII Jornada do Trabalho**. Presidente Prudente – SP, 2012.

SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe**: nuevas perspectivas. IICA -- San José: C.R.: IICA, 2015.

SAMPAIO, V. S. Agricultor familiar e camponês no contexto da questão agrária contemporânea. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Año 2011, p.1 – 13.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica** – a construção do conhecimento. 7ªed. Lamparina. Rio de Janeiro – RJ, 2007.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 18 nº. 51 fevereiro / 2003.

_____. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na américa latina e no caribe. **Redes.** v. 21, nº 3, p. 11 - 33, set./dez. Santa Cruz do Sul – RS, 2016.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SILVA, A. da; GAZOLLA, M.; OLIVEIRA, N. S. M. N. A agricultura familiar nos dados do Censo Agropecuário 2017: uma análise comparativa do seu "tamanho" e perfil entre os três estados do Sul. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 7-37, 11 fev. 2022.

TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. Expressão popular. São Paulo – SP, 2014.

_____. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência. RESR**, Piracicaba - SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Ed. UFRGS/PGDR. Porto Alegre, 2008.